

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Janeiro a Junho de 2019

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. relativos aos períodos findos em 30 de junho de 2019 (1519) e 2018 (1518).

1. PRINCIPAIS NÚMEROS

	Jun. 19 (1519)	Jun. 18 (1518)	Varição
Lucro líquido (R\$ milhões)	688	511	34,6%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio¹ (ROAE) (%) - exponencial	14,8	11,6	3,2 p.p.
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio¹ (ROAE) (%) - linear	14,3	11,2	3,1 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio² (ROAA) (%)	1,4	1,1	0,3 p.p.
Ativos Totais (R\$ milhões)	93.579	98.154	-4,7%
Carteira de crédito (R\$ milhões)	52.480	49.170	6,7%
Segmento Atacado (R\$ milhões)	11.472	12.326	-6,9%
Segmento Varejo (R\$ milhões)	41.008	36.844	11,3%
Avais, Fianças e Títulos Privados (R\$ milhões)	9.259	10.027	-7,7%
Recursos captados (R\$ milhões)	61.088	63.820	-4,3%
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	9.745	9.349	4,2%
Índice de Basileia (%)	15,8	16,0	-0,2 p.p.
Capital Nivel I (%)	14,0	12,8	1,2 p.p.
Capital Principal (%)	12,2	10,8	1,4 p.p.
Inadimplência acima de 90 dias (%)	4,4	4,0	0,4 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias) (%)	178	200	-22,0 p.p.
Recursos geridos³ (R\$ Milhões)	50.980	50.122	1,7%
Colaboradores (indivíduos)	3.776	3.831	-1,4%

- Quociente entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio do período;
- Quociente entre o lucro líquido do período e os ativos totais médios do período;
- Inclui fundos *onshore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes *private* (renda fixa, renda variável e fundos *offshore*).

2. AMBIENTE ECONÔMICO E SETOR BANCÁRIO

O primeiro semestre de 2019 seguiu mostrando um ambiente de elevadas incertezas globais e de frustração com o crescimento doméstico. Apesar deste quadro, há otimismo em relação ao país, com o mercado de crédito e de bens duráveis mostrando um bom desempenho.

O semestre foi marcado pelas tensões geopolíticas entre China e Estados Unidos, gerando tanto o temor de uma desaceleração global mais forte quanto a reação dos principais bancos centrais, que passaram a indicar espaço para novos estímulos monetários. O resultado foi um quadro de ampla liquidez, que embora tenha sustentando o bom humor do investidor externo, não favoreceu os fluxos de capitais para os mercados emergentes.

Internamente, os ruídos em torno da tramitação da reforma da previdência e a nova frustração com o crescimento foram os temas centrais. Em particular, a retração da economia observada no primeiro trimestre incentivou a revisão para pior nas expectativas de crescimento do ano, que saíram de uma média de 2,6% para 0,9%. Este quadro produziu um impacto misto sobre a confiança. De um lado, empresários e, principalmente, consumidores mostraram maior cautela. De outro, os investidores continuaram trabalhando com um cenário positivo para o país. De fato, à exceção do câmbio, que refletiu a falta de fluxos globais, os demais ativos tiveram um bom desempenho. O risco soberano brasileiro voltou a operar em patamares historicamente baixos, a bolsa bateu recordes de alta e a curva de juros apresentou redução substancial.

O ambiente de fragilidade da economia não gerou preocupações com a inflação. Apesar dos choques em preços de alimentos e combustíveis, o IPCA mostrou-se estável e as expectativas para 2019 e 2020 encerraram o semestre em 3,8% e 3,9%, respectivamente. Com isso, o Banco Central indicou espaço para novos estímulos monetários.

Com a inflação controlada e juros baixos, a inadimplência nas operações para pessoa física oscilou em níveis confortáveis, favorecendo a continuidade do crescimento das concessões de crédito no segmento. No crédito para as empresas, a piora na confiança dos agentes justificou a cautela observada tanto na demanda quanto na oferta de crédito. Este desempenho foi, em parte, compensado pela contínua expansão do mercado de capitais, favorecendo a dívida privada ao reduzir custos e ampliar prazos. De modo geral, o mercado de crédito manteve a trajetória de recuperação e permitiu que as vendas de veículos leves continuassem mostrando bons resultados.

Portanto, mesmo o aumento das incertezas globais e domésticas não impediu que os mercados de crédito e bens duráveis continuassem em recuperação.

3. ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Nos destacamos entre os principais bancos privados nacionais, com avanços em sinergias com os nossos acionistas, e com foco em trazer o cliente para o centro do negócio. Para isso, temos como objetivo a rentabilização dos negócios, o aumento da eficiência operacional e a diversificação das fontes de receitas, investindo de forma contínua na transformação digital direcionada a melhorar a experiência dos nossos clientes.

No primeiro semestre de 2019, continuamos realizando investimentos na área de *Data Science*, fortalecendo nossas competências analíticas por meio de ferramentas de *machine learning*. Como exemplo dessa transformação, podemos citar o sólido patamar de 96% de respostas automáticas de crédito, e o uso de inteligência artificial na análise de 100% das ligações recebidas, proporcionando uma melhor visibilidade das necessidades dos nossos clientes e consequentes ações para melhorar a experiência deles conosco.

Em linha com nosso plano estratégico de continuar apoiando empresas inovadoras que estão mudando o mercado, no primeiro semestre realizamos investimentos por meio do Fundo BR Startups, parceria com Microsoft, na plataforma “Carlix”, portal de compra e venda de veículos seminovos que expandirá seus negócios para outras regiões do país, trazendo dinamismo ao mercado de carros usados. Fortalecemos também nossa atuação junto ao “Guiabolso”, além de avançarmos nas parcerias com as *startups* “Olivia” “Neon Pagamentos” – uma das fintechs mais inovadoras na reinvenção da experiência em serviços financeiros, da qual somos o Banco custodiante desde maio de 2018.

Em relação à segmentação de negócios, nosso *portfólio* é dividido em três unidades: Varejo (Financiamento ao Consumo), Banco de Atacado, e Gestão de Recursos (Wealth Management), com objetivos estratégicos bem definidos.

Negócio de Varejo (Financiamento ao Consumo)

No Varejo, com a BV, somos líderes em Financiamento de Veículos usados (revendas multimarcas), e diversificamos nossos negócios e soluções para atender às demandas de nossos clientes e parceiros, disponibilizando crédito, meios de pagamento e seguros.

No 1519, avançamos no reposicionamento da BV com o lançamento de nova campanha voltada para os produtos de crédito e financiamento, mostrando as principais motivações dos brasileiros para financiar um veículo ou realizar um empréstimo.

Durante o ano também avançamos na agenda digital envolvendo a modernização das plataformas de relacionamento. O site da BV, principal canal de atendimento aos clientes, recebeu em média mais de 2 milhões de visitas por mês, com a maioria dos atendimentos realizados de forma digital e autônoma, gerando redução de custos de atendimentos, incremento da nossa eficiência operacional, bem como melhoria da experiência do cliente. Vale mencionar que o simulador de financiamentos de Veículos disponível no site tem tido em média 100 mil simulações por mês, das quais aproximadamente 20% se converteram em proposta nos pontos de venda.

Nas plataformas da força comercial, o aplicativo usado pelos parceiros da BV na formalização de propostas de financiamento de veículos, realizou mais de 1 milhão de simulações em 2019, e já está integrado às plataformas comerciais e disponível para 100% das, aproximadamente, 18 mil revendas multimarcas com as quais temos relacionamento.

No negócio de financiamentos de Veículos, que é o core do nosso Varejo, continuamos originando com escala e qualidade, resultado do contínuo aprimoramento das políticas, processos e modelos de crédito. O volume de origemação de financiamentos de veículos cresceu 20,1% em relação a 1518, e somou R\$ 8,1 bilhões no 1519, sendo 88% referente a veículos leves usados, segmento no qual possuímos histórico de liderança e reconhecida competência.

Em Maio/19, com o objetivo de criar mais oportunidade de geração de negócios para nossos lojistas parceiros, iniciamos com o portal iCarros um primeiro piloto de venda de veículos fora do ambiente digital da BV.

Aproveitando a base de clientes de Veículos, buscamos alavancar as fontes de receitas de cartões de crédito e seguros, ambos com evoluções relevantes no período:

- A carteira de cartões de crédito – composta por faturamento à vista, parcelado e crédito rotativo – cresceu 22,3% em relação a Junho/18, e encerrou o semestre em R\$ 2,4 bilhões, com mais de 920 mil cartões ativos, sendo que 83% dos clientes já utilizam o aplicativo “Meu Cartão BV”. Dentre as evoluções promovidas no produto, destacamos a emissão de cartões com a bandeira ELO, e a maior conectividade com a assistente financeira virtual Olivia.
- Ampliamos a comercialização de seguros (ex. prestamista, auto, vida, residencial etc.) cujas receitas com corretagem somaram R\$ 262 milhões no 1519, crescimento de 15,3% ante 1518.

Além disso, conforme nosso plano de diversificação de receitas, avançamos na estratégia de produtos de empréstimos e financiamentos, com crescimento nos últimos 12 meses nas carteiras de consignado privado (+3,6%), crédito com garantia imobiliária (+15,4%) e crédito pessoal (+98,0%), esse último impulsionado pelo lançamento da contratação online em Fevereiro/19. Alinhado à estratégia de reduzirmos nossa exposição aos convênios de consignados Público e INSS, a carteira desses produtos diminuiu 45,2% em relação a Junho/18.

Vale mencionar que a Promotiva S.A. – subsidiária criada para atuar como promotora de negócios diretamente para o acionista Banco do Brasil – encerrou o 1519 com produção de R\$ 4,4 bilhões, principalmente em crédito consignado.

Encerramos Junho/19 com o sexto melhor banco no *ranking* de reclamações do Banco Central, composto por 13 instituições financeiras (com mais de 4 milhões de clientes). Além do trabalho contínuo da Ouvidoria junto às demais áreas operacionais e de negócios, essa posição de destaque foi impulsionada pelo nosso novo ciclo de transformação digital. Uma das iniciativas de sucesso foi a aplicação de inteligência artificial em todas as ligações telefônicas da nossa central de atendimento – cerca de 15 mil ligações por dia analisadas de forma automática, permitindo melhorar a satisfação do cliente e auxiliar na redução de reclamações cíveis.

Negócio de Banco de Atacado

No negócio de Atacado seguimos na estratégia de aumentar a penetração no segmento Corporate (empresas com faturamento anual de até R\$ 1,5 bilhão), pulverizando risco e servindo nossos clientes com uma ampla oferta de produtos.

Em relação ao 1518, dobramos o volume de origemação de negócios neste segmento em 2019, aumentando em mais de 30% a quantidade de clientes.

Tendo como prioridade desenvolver uma estratégia mais centrada no cliente, aceleramos o movimento de transformação digital do segmento, e ampliamos a oferta de serviços de *cash management*. Adicionalmente, por meio da nossa área de Mercado de Capitais, em Junho/19 coordenamos a primeira oferta pública de Letra Financeira do Nubank, reforçando nosso apoio às *fintechs* na oferta de soluções ágeis e eficientes ao mercado.

Negócio de Gestão de Recursos (Wealth Management)

No Wealth Management, por meio da Votorantim Asset Management (VAM), mantivemos-nos como um dos líderes na gestão e administração de Fundos Imobiliários (FIs), Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), e relevantes estruturadores de soluções de sucesso e planejamento financeiro no Private Bank.

A VAM ocupa posição de destaque dentro do seu *peer group* (i.e., Assets sem estrutura de rede de agências), e ao final de Junho/19 estava na 13ª posição no *ranking* geral de gestores da ANBIMA, com volume total de recursos geridos de R\$ 51,0 bilhões. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou o 1519 com volume administrado de R\$ 22,2 bilhões e ocupava a 3ª posição no *Ranking* de Gestores de FI, e a 6ª posição no *Ranking* de Gestores de FIP elaborados pela ANBIMA.

Em Maio/19, a VAM concluiu a captação de R\$ 1,2 bilhão para um novo fundo imobiliário, o FI Green Towers. O fundo, cujas cotas começaram a ser negociadas na B3, atraiu aproximadamente 7 mil cotistas, quase todos pessoas físicas, sendo o maior fundo imobiliário captado no país nos últimos seis anos. Como reconhecimento pelo processo transformacional vivenciado desde o ano passado, no 1519 a VAM recebeu a classificação máxima da S&P (AMP-1) devido à disciplina dos processos de gestão de investimento, às fortes práticas operacionais e de controle, e aos bons princípios fiduciários. Além disso, visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, em Julho/19 a VAM tornou-se signatária do PRI – *Principles of Responsible Investment*.

4. DESEMPENHO
4.1 | RESULTADO

Demons tração dos Resultados Consolidada (R\$ milhões)	1º semestre 2019	1º semestre 2018	Varição
Resultado da Intermediação Financeira antes da Despesa de PDD¹	3.287	2.683	22,5%
Receitas de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	276	446	-38,0%
Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)	(1.246)	(1.040)	19,8%
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	684	669	2,2%
Despesas de Pessoal e Administrativas	(1.177)	(1.131)	4,1%
Despesas Tributárias	(258)	(191)	35,4%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	178	163	9,5%
Outras Receitas e Despesas²	(320)	(371)	-13,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social e Participação no Lucro	(460)	(272)	69,3%
Lucro Líquido	688	511	34,6%

¹ Possuímos uma agência em Nassau que nos permite viabilizar negócios acessando o mercado internacional. Para cobrir a exposição a variações cambiais desse investimento, utilizamos derivativos. A legislação tributária brasileira estabelece que os ganhos e as perdas decorrentes de *variação cambial* sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas decorrentes dos *derivativos* utilizados como *hedge* (proteção) dessa posição são tributados. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Resultado da Intermediação Financeira e nas contas de Despesas Tributárias (PIS/COFINS) e Imposto de Renda (IR/CSLL).

² Outras Receitas e Despesas Operacionais e Resultado Não Operacional. Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura desse documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do segundo trimestre de 2019. O RGR apresenta a nossa performance gerencial trimestral e está disponível no nosso site de Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/ri).

O lucro líquido do 1519 totalizou R\$ 688 milhões - equivalente a retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROAE) de 14,8% a.a., comparável a um lucro de R\$ 511 milhões no 1518, representando crescimento de 34,6% no período. Contribuíram para a composição do resultado do exercício:

- Resultado da Intermediação Financeira antes da Despesa de PDD:** incremento de 22,5% na comparação com o 1518, reflexo, principalmente, da maior rentabilidade dos negócios, em particular da operação de Varejo, cuja participação no portfólio tem crescido de forma consistente. Se desconsiderarmos os efeitos fiscais do *hedge* (vide tabela acima), o resultado bruto de nossa intermediação financeira teria incrementado 11,0%.
- Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** acompanhando o crescimento da carteira do Varejo em 2019, a despesa de PDD aumentou 19,8% em relação ao 1518.
- Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:** crescimento de 2,2% em relação a 1518, principalmente devido à maior origemação de financiamentos de veículos no 1519.
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas:** crescimento de 9,5% na comparação com 1518 devido à ampliação na comercialização de seguros de terceiros, como Prestamista e Auto. Esta comercialização é feita por meio da controlada Votorantim Corretora de Seguros (VCS), cujo resultado é reconhecido via equivalência patrimonial.
- Despesas de Pessoal e Administrativas:** aumento de 4,1% na comparação com 1518 em função de (i) maiores investimentos em Tecnologia, em linha com o nosso processo de transformação digital; (ii) maiores despesas com consultorias e assessorias contratadas em 2019, principalmente em função do maior volume de negócios; e (iii) maiores provisões relacionadas a remuneração variável, devido à melhor performance dos negócios.
- Outras Receitas e Despesas:** redução de 13,6% decorrente, principalmente, de menores despesas com provisão para demandas cíveis.

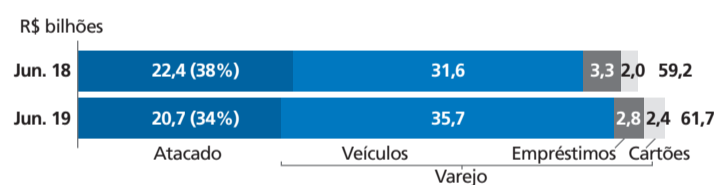
4.2 | DADOS PATRIMONIAIS

R\$ Milhões	Jun.19	Jun.18	Varição
Ativos Totais¹	93.579	98.154	-4,7%
Carteira de Crédito Ampliada	61.738	59.197	4,3%
Carteira de Crédito Classificada	54.480	49.170	6,7%
Segmento Varejo	41.008	36.844	11,3%
Segmento Atacado	11.472	12.326	-6,9%
Avais, Fianças e Títulos Privados	9.259	10.027	-7,7%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)	(3.906)	(3.622)	7,8%
Ativo Permanente	2.396	1.404	70,6%
Passivos Totais	93.579	98.154	-4,7%
Recursos Captados	61.088	63.820	-4,3%
Patrimônio Líquido	9.745	9.346	4,2%

¹ Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 2,7 bilhões, representando 12% do total de títulos e valores mobiliários.

4.2.1 | CARTEIRA DE CRÉDITO

No 1519 mantivemos a postura conservadora na concessão de crédito. Em Junho/19, o saldo da carteira de crédito ampliada, incluindo garantias prestadas e títulos privados, atingiu R\$ 61,7 bilhões, representando aumento de 4,3% nos últimos 12 meses.

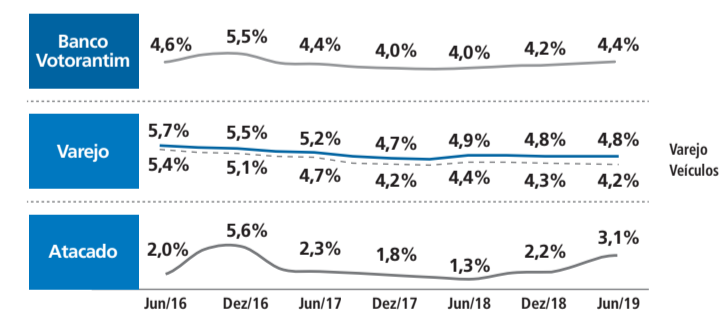


A carteira de crédito ampliada do Atacado encerrou Junho/19 com saldo de R\$ 20,7 bilhões, 7,3% menor em relação a Junho/18, principalmente pela redução no saldo de títulos privados, em linha com nossa estratégia de alavancar a rentabilidade do segmento.

No Varejo, a carteira de crédito alcançou R\$ 41,0 bilhões em Junho/19, registrando aumento de 11,3% em 12 meses, impulsionada pelo crescimento em Veículos, principalmente leves usados.

Qualidade da Carteira

O índice de inadimplência acima de 90 dias (Inad 90) da carteira consolidada atingiu 4,4% em Junho/19, ante 4,0% em Junho/18.



Os indicadores de qualidade da carteira se mantêm sob controle, suportados pela combinação entre os contínuos aprimoramentos nos processos e modelos de crédito e a prudência na concessão de financiamentos.

O Inad90 da carteira do Varejo encerrou Junho/19 em 4,8%, 0,1 p.p. menor nos últimos 12 meses, reflexo da melhora na qualidade da carteira de Veículos, que manteve tendência de redução desde Junho/18, e encerrou o 1519 em 4,2%.

No Atacado, a inadimplência cresceu 1,8 p.p. nos últimos 12 meses, para 3,1% em Junho/19, reflexo da rolagem em Março/19 de um caso pontual do segmento Large Corporate, já adequadamente provisionado. Mantivemos o Índice de Cobertura das operações em atraso (90 dias) em nível robusto, atingindo 178% em Junho/19, evidenciando a solidez do balanço e refletindo a consistência na gestão de riscos.

4.2.2 | RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados alcançou R\$ 63,8 bilhões em Junho/19, representando redução de 4,3% nos últimos 12 meses. Neste período destacamos a redução no saldo de compromissadas com lastro em debêntures, reflexo da mudança regulatória introduzida pela Res. 4.527, que impossibilita a realização de novas operações compromissadas com debêntures de controladas *leasing* desde maio de 2018. Em substituição a esse instrumento, ampliamos o volume de captações com Depósitos (+0,6%) e Letras Financeiras (+21,9%).

R\$ Milhões	Jun.19	Jun.18	Varição
Debêntures	2.608	6.465	-59,7%
Depósitos	12.709	12.636	0,6%
Divida Subordinada	6.362	6.352	0,1%
Empréstimos e Repasses	3.324	4.111	-19,1%
Letras	29.736	25.453	16,8%
Letras Financeiras	25.404	20.844	21,9%
Obrigações com cessões de crédito	5.575	8.198	-32,0%
TVM no exterior	773	606	27,7%
Total de recursos captados	61.088	63.820	-4,3%

Em termos de liquidez, encerramos o 1519 com o caixa livre em patamar bastante confortável para cobrir integralmente as captações com liquidação diária. O LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) - razão entre o saldo de ativos de alta liquidez e o total de saídas de caixa previstas em 30 dias em um cenário de estresse - do 2T19 foi de 156%, acima do mínimo regulatório de 100%. Vale ressaltar que, adicionalmente, possuímos uma linha de crédito junto ao Banco do Brasil, que representa significativa reserva de liquidez e que nunca foi utilizada.

4.2.3 | CAPITAL

O índice de Basileia é apurado conforme as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no país, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Visando garantir nossa solidez e disponibilidade de capital para amparar o desenvolvimento dos nossos negócios, mantivemos os níveis de capital regulatório acima do exigido pelo Banco Central. Em 2019, o requerimento mínimo de Capital é de 10,5%, sendo 8,5% para Capital Nivel I, e 7,0% para o Capital Principal. Ao final Junho/19, o Índice de Basileia atingiu 15,8%, sendo: (i) 14,0% referente ao Capital Nivel I, que consiste no somatório do Capital Principal (12,2%) e Capital Complementar (1,9%); e (ii) 1,8% referente ao Capital Nivel II.

	Jun.19	Jun.18
Índice de Basileia	15,8%	16,0%
Capital Nivel I	14,0%	12,8%
Principal	12,2%	10,8%
Complementar	1,9%	1,9%
Capital Nivel II	1,8%	3,3%

Para maiores informações, consulte o relatório de “Gestão de Riscos e Capital” no nosso site, na página Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/ri).

5. RATINGS

O Banco é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem o desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da nossa administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual estamos inseridos.

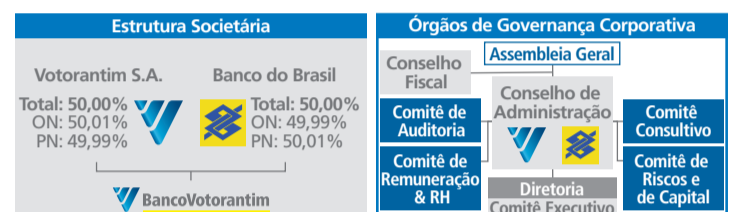
AGÊNCIAS DE RATING	Escala Global		Escala Nacional	Brasil Rating Soberano (outlook)
	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Moeda Local	
Moody's	Longo Prazo	Ba2 (estável)	Ba3	Aa3.br
	Curto Prazo	NP	NP	BR-1
Standard & Poor's	Longo Prazo	BB- (estável)		brAAA
	Curto Prazo	B		brA+1

Em março de 2019 tivemos nossos *ratings* reafirmados junto às agências internacionais.

A Standard & Poor's reafirmou o *rating* *noto* em escala global, mantendo-o em “BB-”, com *outlook* estável, seguindo a perspectiva do soberano. A Moody's, além de reafirmar o *rating* global em “Ba2” (moeda local), alterou o *outlook* de negativo para estável, igualando à nota do país.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Zelamos pelas boas práticas de governança corporativa de forma a aprimorar a qualidade da gestão e buscar agilidade no processo decisório.



Nossa governança é compartilhada entre os acionistas Votorantim Fianças e o Banco do Brasil, com indicação paritária de membros no Conselho de Administração (“CA”), no Conselho Fiscal e nos demais fóruns de assessoramento ao CA.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em Abril/19, além da reeleição dos membros do CA para o próximo mandato bienal que vigorará até 2021, foram reeleitos José Luiz Majolo e Rubem de Freitas Novais, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do CA.

7. PESSOAS

Seguimos investindo na gestão contínua da nossa cultura e promovendo experiências que mostram na prática os benefícios do Nosso Jeito de Ser e de Fazer. Continuamos com a jornada de valorização de pessoas e avançamos com o tema de

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado		Nota	Banco		Consolidado	
		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018		30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
ATIVO CIRCULANTE		44.339.373	53.077.970	48.158.222	55.929.952	45.471.463	61.572.174	51.130.703	63.343.185	63.343.185
Disponibilidades	5	301.401	87.796	306.442	92.029	10.544.525	10.830.926	10.369.787	10.415.182	10.415.182
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	24.757.579	38.156.591	6.643.244	20.657.522	18.489.734	28.013.117	15.894.544	20.887.706	20.887.706
Aplicações no mercado aberto		6.145.342	19.827.326	6.145.342	19.827.326	14.206.499	11.853.654	11.903.024	8.064.239	8.064.239
Aplicações em depósitos interfinanceiros		18.612.237	18.329.265	497.902	830.196	4.024.927	13.590.063	3.733.212	10.254.067	10.254.067
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		11.088.560	6.082.845	11.047.023	7.032.700	18.825.525	15.932.799	11.096.016	17.958.471	17.958.471
Carteira própria	7a	4.637.489	1.930.172	6.149.674	3.389.278	8.086.508	15.338.582	10.356.999	17.364.254	17.364.254
Vinculados a compromissos de compra	7a	6.323.245	1.510.476	4.814.740	827.247	739.017	594.217	739.017	594.217	594.217
Vinculados à prestação de garantias	7a	65.825	7.348	75.968	17.847	51.349	3.626	1.487.904	1.129.978	1.129.978
Instrumentos financeiros derivativos	7d	610.154	3.000.535	554.794	3.164.014	87.415	68.677	87.415	68.677	68.677
(Provisão para desvalorização de títulos)	7a	(548.153)	(365.686)	(548.153)	(365.686)	1.710.203	1.690.375	1.710.203	1.690.375	1.690.375
Relações Interfinanceiras		867.845	2.234.962	867.845	2.234.962	8.825.525	15.932.799	11.096.016	17.958.471	17.958.471
Pagamentos e recebimentos a liquidar	8a	46.132	938.190	46.132	938.190	1.299.017	1.299.017	1.299.017	1.299.017	1.299.017
Créditos vinculados	8b	821.633	1.296.662	821.633	1.296.662	739.017	594.217	739.017	594.217	594.217
Depósitos no Banco Central		80	110	80	110	51.349	3.626	1.487.904	1.129.978	1.129.978
Correspondentes		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito	9a	3.713.849	3.381.358	22.285.914	20.234.405	8.825.525	15.932.799	11.096.016	17.958.471	17.958.471
Setor público		106.884	115.512	106.884	115.512	87.415	68.677	87.415	68.677	68.677
Setor privado		3.804.190	3.426.347	21.170.131	17.510.359	87.415	68.677	87.415	68.677	68.677
Operações de crédito vinculadas à cessão		—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(197.225)	(160.501)	(1.710.894)	(1.496.838)	—	—	—	—	—	—
Operações de Arrendamento Mercantil	9a	—	—	78.106	161.411	467.479	722.970	467.479	722.970	722.970
Setor privado		—	—	81.324	162.265	—	—	—	—	—
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		—	—	(3.218)	(854)	—	—	—	—	—
Outros Créditos		3.547.148	3.055.439	6.770.890	5.356.492	19.413.235	8.099.951	19.413.235	8.099.951	8.099.951
Carteira de câmbio	10a	1.240.586	1.319.534	1.240.586	1.319.534	19.378.922	8.088.362	19.378.922	8.088.362	8.088.362
Rendas a receber		3.697	74.561	22.529	89.690	34.313	11.589	34.313	11.589	11.589
Negociação e intermediação de valores		109.197	71.203	113.472	101.139	17.775	42.429	17.775	42.429	42.429
Diversos	11	2.245.619	1.603.829	5.469.434	3.869.827	17.775	42.429	17.775	42.429	42.429
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9a	(51.951)	(13.688)	(75.131)	(23.698)	—	—	—	—	—
Outros Valores e Bens	12	62.991	78.979	158.758	160.431	1.128.990	1.654.925	1.128.990	1.654.925	1.654.925
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		59.317	90.591	163.962	182.057	2.610	2.610	2.610	2.610	2.610
(Provisão para desvalorizações)		(22.989)	(26.684)	(38.283)	(45.662)	424.123	642.976	424.123	642.976	642.976
Despesas antecipadas		26.663	15.072	33.079	24.036	702.257	1.011.949	702.257	1.011.949	1.011.949
ATIVO NÃO CIRCULANTE		40.808.138	39.261.839	45.421.087	42.224.479	3.606.462	6.562.633	6.338.606	10.707.299	10.707.299
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		36.735.538	35.696.349	43.025.180	40.820.246	3.606.462	6.562.633	6.338.606	10.707.299	10.707.299
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	15.889.634	10.615.614	101.367	—	3.606.462	6.562.633	6.338.606	10.707.299	10.707.299
Aplicações no mercado aberto		101.367	—	101.367	—	—	—	—	—	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.788.267	10.615.614	—	—	—	—	—	—	—
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		14.047.707	17.396.681	14.980.442	12.926.590	—	—	—	—	—
Carteira própria	7a	3.390.113	4.680.223	4.922.623	7.602.608	—	—	—	—	—
Vinculados a compromissos de compra	7a	8.951.087	11.479.928	8.101.247	3.822.762	—	—	—	—	—
Vinculados à prestação de garantias	7a	68.442	347.053	379.150	634.491	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	7d	2.401.454	1.675.292	2.340.811	1.652.544	—	—	—	—	—
(Provisão para desvalorização de títulos)	7a	(763.389)	(785.815)	(763.389)	(785.815)	—	—	—	—	—
Operações de Crédito	9a	3.634.757	5.133.973	22.127.969	21.668.382	—	—	—	—	—
Setor público		297.413	384.686	297.413	384.686	—	—	—	—	—
Setor privado		3.636.944	5.151.061	20.973.241	19.530.612	—	—	—	—	—
Operações de crédito vinculadas à cessão		—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(299.600)	(401.774)	(1.269.001)	(1.351.308)	—	—	—	—	—	—
Operações de Arrendamento Mercantil	9a	—	—	51.358	78.953	—	—	—	—	—
Setor privado		—	—	53.474	79.367	—	—	—	—	—
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		—	—	(2.116)	(414)	—	—	—	—	—
Outros Créditos		3.161.292	2.549.816	5.761.711	6.117.473	—	—	—	—	—
Rendas a receber		488	484	488	484	—	—	—	—	—
Negociação e intermediação de valores		—	2.573	—	2.573	—	—	—	—	—
Diversos	11	4.005.565	3.285.901	6.606.930	6.863.768	—	—	—	—	—
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	9a	(844.761)	(739.142)	(845.707)	(749.352)	—	—	—	—	—
Outros Valores e Bens	12	2.148	265	2.333	28.848	—	—	—	—	—
Despesas antecipadas		2.148	265	2.333	28.848	—	—	—	—	—
PERMANENTE		4.072.600	3.565.490	2.395.907	1.404.233	—	—	—	—	—
Investimentos		3.740.975	3.328.425	1.961.595	1.091.595	—	—	—	—	—
Participações em controladas	13a	3.735.933	3.317.847	1.927.053	1.019.801	—	—	—	—	—
No País		3.735.933	3.317.847	1.927.053	1.019.801	—	—	—	—	—
Outros investimentos	13e	14.554	14.518	98.821	95.690	—	—	—	—	—
(Imparidade acumulada)	13e	(9.512)	(3.940)	(64.279)	(23.896)	—	—	—	—	—
Imobilizado de Uso	14	66.893	70.593	98.219	108.194	—	—	—	—	—
Imobilizações de uso		222.012	203.841	354.202	344.753	—	—	—	—	—
(Depreciação acumulada)	(155.119)	(133.248)	(255.983)	(236.559)	—	—	—	—	—	—
Intangível	15a	264.732	166.472	336.093	204.444	—	—	—	—	—
Ativos intangíveis		400.892	255.367	562.147	360.998	—	—	—	—	—
(Amortização acumulada)	(117.738)	(70.473)	(206.447)	(136.947)	—	—	—	—	—	—
(Imparidade acumulada)	(18.422)	(18.422)	(19.607)	(19.607)	—	—	—	—	—	—
TOTAL DO ATIVO		85.147.511	92.339.809	93.579.309	98.154.431	85.147.511	92.339.809	93.579.309	98.154.431	98.154.431

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.755.331	3.355.796	5.843.362	6.214.208
Operações de crédito	9b	398.489	741.504	4.224.122	4.156.684
Operações de arrendamento mercantil	9h	—	—	77.873	102.927
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7b	2.489.342	2.316.935	1.384.977	1.148.834
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7d9	(186.652)	125.173	(421.063)	(137.284)
Resultado de operações de câmbio	10b	37.140	159.990	37.140	159.990
Resultado das aplicações compulsórias	8c	17.012	12.194	17.012	12.194
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	9j.1	—	—	523.301	770.863
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.411.534)	(3.370.890)	(3.801.797)	(4.570.357)
Operações de captação no mercado	16d	(2.172.522)	(2.935.075)	(2.148.867)	(2.709.616)
Operações de empréstimos e repasses	17c	(69.151)	(297.162)	(69.151)	(296.560)
Operações de arrendamento mercantil	9h	—	—	(63.166)	(80.920)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	9j.1	—	(2.094)	(274.937)	(443.590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9f	(169.861)	(136.559)	(1.245.676	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES
O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim, Conglomerado ou Consolidado) é uma Companhia de capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de sua execução, em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Asset") e Reunião de Sócios da Votorantim - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim CVTM"), realizados em 31 de janeiro de 2018, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CVTM pela Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data-base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CVTM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros e despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CVTM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicou em um aumento da Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor nominal unitário de R\$ 0,01, atribuídas aos sócios da Votorantim CVTM, em substituição às suas participações netas detidas. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o contrato social da Votorantim Asset não sofreu qualquer outra alteração. Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CVTM incorporados pela Votorantim Asset:

Ativos: R\$ 386.995
Passivos: R\$ 120.204
Patrimônio Líquido: R\$ 266.791

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Conglomerado Financeiro foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Financeiro.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado e intangível), provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para danos em trabalhos, fiscais e trabalhistas, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis consolidadas. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos os valores residuais recebidos antecipadamente. O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos, dos fundos de investimento com fundos creditórios e das controladas não financeiras de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN para fins do Conglomerado Financeiro. Os saldos contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A variação cambial das operações no País foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge* desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

As Demonstrações Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

O Conglomerado aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 01 de agosto de 2019.

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	30.06.2019	30.06.2018
Segmento Bancário - País		
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ⁽¹⁾	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ^{(1),(2)}	-	-
Segmento Gestão de Recursos		
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. ⁽¹⁾	99,99%	99,99%
Segmento Bancário - Exterior		
Votorantim Securities (UK) Limited ^{(1),(3)}	-	-
⁽¹⁾ Controladas financeiras.		
⁽²⁾ A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi incorporada pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. em 31 de janeiro de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 2.		
⁽³⁾ A Votorantim Securities (UK) Limited foi extinta em 16 de outubro de 2018.		

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado
Em regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando sua correlação de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nas Demonstrações Contábeis consolidadas, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento de realização ocorre no dia efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor de mercado, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

- Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acessados dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

O Conglomerado passou a adotar no semestre findo em 30 de junho de 2018 um novo critério contábil de reconhecimento de variação de cotas de fundos de investimentos. Antes da mudança do critério, a variação de cotas era sempre tratada como rendimento produzido pelos fundos, com seu reconhecimento no resultado do período e resultado de operações com títulos e valores mobiliários. Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, a variação de cotas passou a ser tratada como ajuste a valor de mercado, para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos, como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado:** Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

h) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, valores a receber de transações de pagamentos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, valores a receber de transações de pagamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso normal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de concessão.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa nº 9e).

As operações de crédito, cujo objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de ajuste de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma integralizada ao resultado pelo prazo remanescente das operações;
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Outros valores e bens
Bens não-se-um valor próprio
Registra-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívida. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva dos ganhos ou prejuízos é registrada em receitas ou despesas dos seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

- Os valores bens e registrado considerando os seguintes critérios:
- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00; são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada ao Conglomerado;
- Bens com valor entre R\$ 25.050,00 e R\$ 51.100,00; são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.050,00; são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do resultado de receita;
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Despesas não operacionais".

Despesas antecipadas
Despesas antecipadas são registradas em contas de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a fundamentação prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originção, ocorrência em 2014, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registradas no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originção. A partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela registrada no ativo foi reduzida para um terço da remuneração das operações originadas em 2016. No primeiro semestre de 2019, foi reduzida a amortização dos valores registrados no ativo com base na fundamentação prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014. As operações geradas desde 1º de janeiro de 2017 têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

Ativo permanente
Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo avaliado de taxas correntes, conforme legislação local e seus efeitos. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares e licenças de uso (nota explicativa nº 15). A amortização de títulos e valores mobiliários é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é objeto e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (nota explicativa nº 20D). O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares e licenças de uso (nota explicativa nº 15). A amortização de títulos e valores mobiliários é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é objeto e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (nota explicativa nº 20D). O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade
O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Investimentos: a metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseada-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível: Softwares e licenças de uso - os softwares desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Benefícios a empregados
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.242/2019. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa nº 25.

Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas
Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exígíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por meio de ajuste de competência pelo valor de mercado dos títulos ou outras formas de captação originárias.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor de mercado, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa nº 26).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Garantias financeiras prestadas
As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como: aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidas em contas de compensação observados os desembolsamentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços. As receitas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobrar e despesas de receber, em contrapartida com rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes, leva-se em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em Outras Obrigações Diversas (nota explicativa nº 19d).

Outros ativos e passivos
Os demais ativos não demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	301.401	87.796	306.442	92.029
Disponibilidades em moeda nacional	1.436	1.070	4.830	4.792
Disponibilidades em moeda estrangeira	299.965	86.726	301.612	88.327
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.556.235	1.072.932	1.477.146	1.072.932
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	1.163.542	498.532	1.163.542	498.532
Aplicações em depósitos interfinanceiros	79.089	208.239	-	208.239
Aplicações em moedas estrangeiras	313.604	366.161	313.604	366.161
Total	1.857.636	1.160.728	1.783.588	1.164.961

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Receitas a liquidar - Posição bancada	6.246.709	19.827.326	6.246.709	19.827.326
Letras Financeiras do Tesouro	1.830.161	3.505.008	2.114.906	6.898.629
Letras do Tesouro Nacional	94.415	-	94.415	500.037
Notas do Tesouro Nacional	115.154	234.455	115.154	1.787.580
Letras do Tesouro Nacional	1.519.255	3.270.553	1.803.970	4.611.012
Títulos da Dívida Externa Brasileira	101.367	-	101.367	-
Receitas a liquidar - Posição financiada	4.007.523	13.691.050	3.722.778	10.297.429
Letras Financeiras do Tesouro	-	500.037	-	-
Letras do Tesouro Nacional	1.932.131	10.353.672	1.932.131	8.800.546
Notas do Tesouro Nacional	2.075.392	2.837.341	1.790.647	1.496.883
Receitas a liquidar - Posição vendida	409.025	2.631.628	409.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em dias	30.06.2019										30.06.2018			
	Valor de Mercado					Total					Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Banco														
Por carteira	9.106	2.160.995	185.275	2.963.206	16.876.071	22.041.770	22.194.653	152.883	19.039.933	18.894.090	(145.843)			
Carteira própria	90.433	2.509.654	192.016	364.847	4.870.794	7.965.706	8.027.744	62.038	6.671.361	6.610.601	(60.760)			
Vinculados a compromisso de recompra	-	82.030	18.687	2.573.472	12.669.996	15.253.877	15.344.185	90.308	13.165.619	13.074.469	(91.150)			
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	35.596	98.670	133.729	134.266	537	354.454	360.521	6.067			
Provisão para desvalorização de títulos	(81.327)	(430.689)	(25.428)	(10.709)	(763.389)	(1.311.542)	(1.311.542)	-	(1.151.501)	(1.151.501)	-			
Consolidado														
Por carteira	10.732	2.460.995	185.275	2.972.952	17.871.900	23.011.039	23.201.854	190.815	15.412.635	15.233.123	(179.512)			
Carteira própria	92.059	2.509.705	192.016	365.549	7.913.109	10.893.702	11.072.438	178.736	11.124.734	11.040.433	(84.301)			
Vinculados a compromisso de recompra	-	81.979	18.687	2.573.472	10.311.702	12.974.298	12.985.840	11.542	4.799.351	4.685.734	(113.617)			
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	44.640	410.478	454.581	455.118	537	640.051	658.457	18.406			
Provisão para desvalorização de títulos	(81.327)	(430.689)	(25.428)	(10.709)	(763.389)	(1.311.542)	(1.311.542)	-	(1.151.501)	(1.151.501)	-			

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em anos	30.06.2019					30.06.2018						
	Valor de Mercado		A vencer		Total		Valor de Mercado		A vencer		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até 5 anos	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Banco												
Por categoria	9.106	5.309.476	10.796.221	5.671.437	408.413	22.041.770	22.194.653	19.039.933	18.894.090			
Títulos para negociação	-	3.191.638	4.355.648	799.151	5.157	8.296.544	8.351.594	1.433.769	1.437.618			
Títulos disponíveis para venda	9.106	818.159	5.853.750	4.786.289	290.138	11.729.603	11.757.442	15.281.838	15.041.755			
Títulos mantidos até o vencimento	-	1.299.679	586.823	85.997	113.118	2.015.623	2.085.617	2.324.326	2.414.717			
Consolidado												
Por categoria	10.732	5.319.222	11.600.749	5.847.396	423.755	23.011.039	23.201.854	15.412.635	15.233.123			
Títulos para negociação	-	3.191.638	4.358.103	799.151	5.157	8.298.999	8.354.049	1.435.828	1.439.677			
Títulos disponíveis para venda	10.732	827.905	6.072.757	4.962.248	305.480	12.113.351	12.179.122	11.652.481	11.378.729			
Títulos mantidos até o vencimento	-	1.299.679	1.169.889	85.997	113.118	2.598.689	2.668.683	2.324.326	2.414.717			

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2019			30.06.2018		
	Valor Contábil		Total	Valor Contábil		Total
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Banco						
Por carteira	10.478.406	11.646.253	22.124.659	3.082.310	15.721.389	18.803.699
Carteira própria	4.637.489	3.390.113	8.027.602	1.930.172	4.680.223	6.610.395
Vinculados a compromisso de recompra	6.323.245	8.951.087	15.274.332	1.510.476	11.479.928	12.990.404
Vinculados à prestação de garantias	65.825	68.442	134.267	7.348	347.053	354.401
Provisão para desvalorização de títulos	(548.153)	(763.389)	(1.311.542)	(365.686)	(785.815)	(1.151.501)
Consolidado	10.492.229	12.639.631	23.131.860	3.868.686	11.274.046	15.142.732
Carteira própria	6.149.674	4.922.623	11.072.297	3.389.278	7.602.608	10.991.886
Vinculados a compromisso de recompra	4.814.740	8.101.247	12.915.987	827.247	3.822.762	4.650.009
Vinculados à prestação de garantias	75.968	379.150	455.118	17.847	634.491	652.338
Provisão para desvalorização de títulos	(548.153)	(763.389)	(1.311.542)	(365.686)	(785.815)	(1.151.501)

a.5) Resumo da carteira por categoria

	30.06.2019			30.06.2018		
	Valor Contábil		Total	Valor Contábil		Total
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Banco						
1 - Título para negociação	-	-	8.351.594	38%	1.437.618	8%
2 - Títulos disponíveis para venda	-	-	11.757.442	53%	15.041.755	80%
3 - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	2.015.623	9%	2.324.326	12%
Valor contábil da carteira			22.124.659	100%	18.803.699	100%
Marcação a mercado da categoria três	-	-	69.994		90.391	
Valor de mercado da carteira			22.194.653		18.894.090	
Consolidado						
1 - Título para negociação	-	-	8.354.049	36%	1.439.677	10%
2 - Títulos disponíveis para venda	-	-	11.757.122	53%	11.378.729	75%
3 - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	2.598.689	11%	2.324.326	15%
Valor contábil da carteira			23.131.860	100%	15.142.732	100%
Marcação a mercado da categoria três	-	-	69.994		90.391	
Valor de mercado da carteira			23.201.854		15.233.123	

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declaramos possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 2.015.623 no Banco e R\$ 2.598.689 no Consolidado (R\$ 2.324.326 no Banco e no Conglomerado em 30 de junho de 2018), representando 9% e 11% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e no Conglomerado respectivamente (12% no Banco e 15% no Conglomerado em 30 de junho de 2018).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	1.555.786	1.600.718	378.013	589.894
Títulos de renda fixa	836.567	686.712	909.220	545.369
Títulos no exterior	79.209	31.018	79.209	31.018
Títulos de renda variável	(526)	(28.999)	(526)	(45.830)
Aplicações em cotas de fundos de investimentos	11.774	10.626	12.529	17.433
Outros	6.532	10.860	6.532	10.860
Total (1)	2.489.342	2.316.935	1.384.977	1.148.834

(1) Inclui despesas de provisão para perdas no montante de R\$ 11.080 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 97.001 no semestre findo em 30 de junho de 2018).

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários
 No semestre findo em 30 de junho de 2019 ocorreu a reclassificação de Títulos públicos - Notas do Tesouro Nacional, passando da categoria "Disponíveis para venda" para a categoria "Mantidos até o vencimento", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Banco		Consolidado	
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(perda) não realizado	
Notas do Tesouro Nacional	541.969	583.066	41.097	
Total	541.969	583.066	41.097	

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD
 O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador. Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos
 Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
 Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora. Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros. O risco de liquidez é definido pela:
 • Possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 • Possibilidade da Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
 Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	30.06.2019					30.06.2018						
	Valor de referência		Valor de custo		Valor de mercado	Valor de referência		Valor de custo		Valor de mercado		
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra												
DI	12.607.791	-	-	16.266.126	-	-	12.607.791	-	-	16.288.708		
Moedas	4.631.912	-	-	7.734.000	-	-	4.631.912	-	-	7.756.582		
Índice	1.130.478	-	-	574.048	-	-	1.130.478	-	-	574.048		
Cupom cambial	1.086.805	-	-	639.836	-	-	1.086.805	-	-	639.836		
Outros	5.639.027	-	-	7.318.242	-	-	5.639.027	-	-	7.318.242		
Compromissos de venda	53.448.838	-	-	44.689.923	-	-	56.983.278	-	-	56.983.278		
DI	31.813.070	-	-	22.023.966	-	-	44.422.441	-	-	34.317.321		
Moedas	962	-	-	2.539.556	-	-	962	-	-	2.539.556		
Índice	369.902	-	-	235.235	-	-	369.902	-	-	235.235		
Líbor	14.105.313	-	-	12.031.408	-	-	14.105.313	-	-	12.031.408		
Cupom cambial	7.122.811	-	-	7.718.487	-	-	7.122.811	-	-	7.718.487		
Outros	36.780	-	-	141.271	-	-	36.780	-	-	141.271		
2 - Operações a termo												
Posição ativa	203.235	203.235	203.244	1.872.633	1.872.633	1.873.115	203.235	203.235	203.244	1.872.633	1.872.633	1.873.115
Termo de moeda	90.425	90.425	90.434	-	-	90.425	90.425	90.434	-	-	90.425	90.434
Termo de títulos públicos	112.810	112.810	112.810	1.872.633	1.872.633	1.873.115	112.810	112.810	112.810	1.872.633	1.872.633	1.873.115
Posição passiva	203.235	(203.235)	(201.976)	1.872.633	(1.872.633)	(1.872.521)	203.235	(203.235)	(201.976)	1.872.633	(1.872.521)	
Termo de moeda	90.425	(90.425)	(88.945)	-	-	90.425	(90.425)	(88.945)	-	-	90.425	(88.945)
Termo de títulos públicos	112.810	(112.810)	(113.031)	1.872.633	(1.872.633)	(1.872.521)	112.810	(113.031)	1.872.633	(1.872.633)	(1.872.521)	
3 - Contratos de opções (1)												
De compra - Posição comprada	5.586.888											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Ativo				
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	582	205	582	205
Cheques e outros papéis remetidos	24	3	24	3
Recebimentos de documentos enviados por outros participantes do sistema	558	202	558	202
Transações de pagamento	45.550	937.985	45.550	937.985
Aquisição de recebíveis de cartão (Nota 9a)	45.550	937.985	45.550	937.985
Total	46.132	938.190	46.132	938.190
Ativo circulante	46.132	938.190	46.132	938.190
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	10.632	2.214	10.632	2.213
Recebimentos remetidos	10.566	2.180	10.566	2.179
Cheques e outros papéis recebidos	66	34	66	34
Transações de pagamento	40.717	1.412	1.477.272	1.127.765
Cartões de crédito	40.717	1.412	1.477.272	1.127.765
Total	51.349	3.626	1.487.904	1.129.978
Passivo circulante	51.349	3.626	1.487.904	1.129.978

b) Créditos vinculados

	Banco e Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	821.633	1.296.662
Depósitos à vista	-	2
Recursos a prazo	819.111	1.294.555
Operações de microfinanças	2.522	2.105
Total	821.633	1.296.662
Ativo circulante	821.633	1.296.662

c) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	17.012	12.194
Exigibilidade sobre recursos a prazo	17.012	12.194
Total	17.012	12.194

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Operações de crédito	7.845.431	9.077.606	47.393.778	44.750.933
Empréstimos e títulos descontados	3.107.710	3.647.037	6.050.246	7.037.541
Financiamentos	4.409.593	4.965.051	36.169.295	30.038.110
Financiamentos rurais e agroindustriais	296.634	395.834	296.634	395.834
Financiamentos imobiliários	31.494	69.684	31.494	69.684
Operações de crédito vinculadas às cêssões (Nota 9j.1) ⁽¹⁾	-	-	4.846.109	7.209.764
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.491.644	3.007.098	4.950.933	4.177.522
Operações com cartões de crédito (Nota 11)	-	-	1.457.415	1.166.835
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados ⁽²⁾	694.749	578.497	694.749	578.497
Outros créditos vinculados a transações de pagamento (Nota 8a) ⁽³⁾	45.550	937.985	45.550	937.985
Títulos e créditos a receber (Nota 11)	2.751.345	1.490.616	2.753.219	1.494.205
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9g)	-	-	134.798	241.632
Total da carteira de crédito	11.337.075	12.084.704	52.479.509	49.170.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.393.537)	(1.315.105)	(3.906.067)	(3.622.464)
(Provisão para operações de crédito)	(496.825)	(562.275)	(2.979.895)	(2.848.146)
(Provisão para outros créditos) ⁽⁴⁾	(896.712)	(752.830)	(920.838)	(773.050)
(Provisão para arrendamento mercantil)	-	-	(5.334)	(1.268)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	9.943.538	10.769.599	48.573.442	45.547.623

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram na rubrica Outros Créditos - Carteira de câmbio (Nota 10a) e de outros créditos relacionados, registrados na rubrica Outros créditos diversos - Outros (Nota 11).
⁽³⁾ Transações de pagamento com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.
⁽⁴⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Operações de Crédito	398.489	741.504	4.224.122	4.156.684
Empréstimos e títulos descontados	187.164	196.167	738.838	809.423
Financiamentos	147.412	315.914	3.187.046	2.885.203
Financiamentos rurais e agroindustriais	13.565	17.674	13.565	17.674
Financiamentos imobiliários	1.974	3.554	1.974	3.554
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	46.738	206.544	273.007	434.405
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.636	1.267	1.636	1.267
Outras	-	384	8.056	5.058
Arrendamento Mercantil (Nota 9h)	-	-	14.707	22.007
Total ⁽¹⁾	398.489	741.504	4.238.829	4.178.691

⁽¹⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cêssões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil do Consolidado, no semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 4.762.130 (R\$ 4.949.554 no semestre findo em 30 de junho de 2018).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	%	30.06.2018	%
Sector público	404.297	3,57%	500.198	4,14%
Governo	404.297	3,57%	500.198	4,14%
Administração pública	404.297	3,57%	500.198	4,14%
Sector privado	10.931.250	96,43%	11.576.311	95,86%
Pessoa física ⁽¹⁾	201.949	1,78%	293.205	2,43%
Pessoa jurídica	10.729.301	94,65%	11.282.826	93,43%
Agronegócio de origem animal	322.111	2,84%	315.225	2,61%
Agronegócio de origem vegetal	138.273	1,22%	175.015	1,45%
Atividades específicas da construção	28.517	0,25%	7.373	0,06%
Automotivo	52.003	0,46%	21.809	0,18%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.561.381	40,24%	4.304.508	35,64%
Comércio varejista	965.821	8,52%	741.334	6,14%
Construção pesada	18.488	0,16%	6.690	0,05%
Energia elétrica	130.429	1,15%	288.205	2,39%
Imobiliário	86.141	0,76%	153.068	1,27%
Instituições e serviços financeiros	225.275	1,99%	1.090.560	9,03%
Madeiro e moveleiro	10.179	0,09%	3.588	0,03%
Mineração e metalurgia	79.538	0,70%	138.872	1,15%
Papel e celulose	100.122	0,88%	87.455	0,72%
Químico	50.451	0,45%	630.282	5,22%
Serviços	2.802.686	24,72%	2.110.353	17,48%
Telecomunicações	153.548	1,35%	210.256	1,74%
Têxtil e confecções	109.635	0,97%	68.725	0,57%
Transportes	618.392	5,46%	796.377	6,59%
Demais atividades	276.311	2,44%	133.131	1,10%
Total	11.335.547	100,00%	12.076.229	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾	1.528		8.475	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	11.337.075		12.084.704	
Consolidado	30.06.2019	%	30.06.2018	%
Sector público	404.297	0,78%	500.198	1,02%
Governo	404.297	0,78%	500.198	1,02%
Administração pública	404.297	0,78%	500.198	1,02%
Sector privado	51.750.751	99,22%	48.516.220	98,98%
Pessoa física ⁽¹⁾	39.887.093	76,48%	36.110.153	73,67%
Pessoa jurídica	11.863.658	22,74%	12.406.067	25,31%
Agronegócio de origem animal	325.629	0,62%	318.881	0,65%
Agronegócio de origem vegetal	145.495	0,28%	180.879	0,37%
Atividades específicas da construção	77.318	0,15%	36.678	0,07%
Automotivo	62.182	0,12%	29.592	0,06%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.665.646	8,95%	4.390.322	8,96%
Comércio varejista	1.187.481	2,28%	930.305	1,90%
Construção pesada	20.198	0,04%	8.261	0,02%
Eletroeletrônico	63	0,00%	122	0,00%
Energia elétrica	131.875	0,25%	289.734	0,59%
Imobiliário	93.596	0,18%	159.410	0,33%
Instituições e serviços financeiros	227.207	0,44%	1.093.665	2,23%
Madeiro e moveleiro	19.710	0,04%	12.404	0,03%
Mineração e metalurgia	81.728	0,16%	140.462	0,29%
Papel e celulose	100.981	0,19%	88.212	0,18%
Químico	50.993	0,10%	630.906	1,29%
Serviços	3.177.467	6,09%	2.571.041	5,25%
Telecomunicações	157.206	0,30%	213.154	0,43%
Têxtil e confecções	117.994	0,23%	76.898	0,16%
Transportes	940.018	1,80%	1.099.279	2,24%
Demais atividades	280.871	0,52%	136.462	0,26%
Total	52.155.048	100,00%	49.016.418	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾	324.461		153.669	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	52.479.509		49.170.087	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.
⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de *hegde* de risco de mercado.

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	Banco					Consolidado					
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2019	30.06.2018
	Operações em curso normal										
Parcelas vincendas	3.495.335	4.631.039	1.169.185	285.837	134.855	49.548	49.066	811.471	285.354	10.911.690	11.710.693
01 a 30	455.852	453.855	67.060	6.776	6.117	185	194	170	939	991.148	1.274.676
31 a 60	672.377	294.871	86.509	310	1.103	3.197	160	968	1.060.468	721.361	686.877
61 a 90	255.776	204.019	141.255	15.436	1.259	1.560	3.667	695	6.222.567	6.869.877	6.869.877
91 a 180	561.927	586.279	348.536	15.676	3.961	4.711	690	1.463	6.610	1.506.613	1.217.051
181 a 360	723.130	940.466	162.135	20.073	12.868	4.272	3.021	1.047	5.718	1.872.730	1.547.878
Acima de 360	826.273	2.170.549	363.690	227.566	109.547	41.423	44.841	803.851	270.424	4.858.164	6.262.850
Parcelas vencidas	790	70	9.174	-	-	-	-	1.436	185	11.655	11.680
Até 14 dias	790	70	9.174	-	-	-	-	1.436	185	11.655	11.680
Subtotal	3.496.125	4.631.109	1.178.359	285.837	134.855	49.548	49.066	812.907	285.539	10.923.345	11.722.373
	Operações em curso anormal										
Parcelas vincendas	-	-	-	159	14.030	13.129	1.021	118.849	110.035	257.223	296.237
01 a 30	-	-	-	-	1.530	-	278	3.653	138	5.599	4.163
31 a 60	-	-	-	-	1.158	-	274	1.429	426	3.587	3.588
61 a 90	-	-	-	-	994	-	274	2.210	391	9.869	9.869
91 a 180	-	-	-	-	2.972	3.432					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. INVESTIMENTOS	Movimentações nas participações em controladas					
	Saldo contábil	Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalente	Saldo contábil	Saldo contábil	Resultado equivalente
	31.12.2018	Movimentações -1º Semestre/2019	30.06.2019	30.06.2018	1º Semestre/2018	30.06.2018
No País	3.691.219	(532.623)	577.337	3.735.933	3.317.847	495.942
Consolidadas	1.842.544	(432.879)	309.215	1.808.880	2.298.046	333.272
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. Votorantim CTVM Ltda. (1) Votorantim Asset DTVM Ltda. (1)	704.768 982.524 - -	(422.164) (4.012) -	415.360 (14.298) -	697.964 964.214 -	904.641 1.017.102 -	312.422 4.484 11.244
Não consolidadas	1.848.675	(99.744)	178.122	1.927.053	1.019.801	162.670
Votorantim Corretora de Seguros S.A. BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. Promotiva S.A. Atenas SP 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda (2)(4) BV Empreendimentos e Participações S.A. (3)(4)	480.005 136.261 46.177 247.973 938.259	(84.406) (1.602) (764) -	145.664 13.323 14.655 (8.249) 13.729	541.263 146.982 60.068 239.724 939.016	576.793 148.778 39.196 255.034 -	143.177 10.071 9.422 -
Total das participações em controladas	3.691.219	(532.623)	577.337	3.735.933	3.317.847	495.942

(1) A Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi incorporada pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. em 31 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

(2) Em maio de 2018, o Banco Votorantim recebeu por dação em pagamento, quotas da Atenas SP 02 Empreendimentos Imobiliários. Inclui ação a amortizar no valor de R\$ 46.317.

(3) Em outubro de 2018, por conta da liquidação do BVIA FIP a BV Empreendimentos e Participações S.A. passou a ser controlada direta do Banco Votorantim S.A.

(4) Apurado até abril/2019 seguindo os procedimentos de consolidação contábil, bem como ajustado pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.

b) Composição da remuneração do capital das empresas controladas pelo Banco Votorantim	Pagamento através de reserva estatutária (1)		Pagamento através do lucro do período		Total
	Dividendos	Juros sobre o Capital Próprio	Dividendos	Juros sobre o Capital Próprio	
Saldos em 30.06.2019	72.096	-	348.965	16.328	437.389
No País	-	-	-	-	-
Consolidadas	6.703	-	348.965	16.328	426.674
Votorantim Asset DTVM Ltda. BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento BV Leasing Arrend. Merc. S.A.	61.381 4.012 -	- - -	- 348.965 -	- 16.328 -	- 426.674 -
Não consolidadas	-	-	71.028	12.472	83.500
Votorantim Corretora de Seguros S.A. Valores recebidos Valores a receber Total	- 72.096 72.096 -	- - - -	71.028 71.028 419.993 419.993	12.472 12.472 28.800 28.800	83.500 520.889 520.889 520.889

(1) Informação referente ao lucro líquido retido de exercícios anteriores.

c) Informações financeiras resumidas das participações societárias consolidadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Quantidade de Ações ordinárias/Quotas		Participação do Capital Social %	
	Capital Social	Ajustado (1)	1º Semestre/2019	30.06.2019	(em milhares)	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2018
Saldos em 30.06.2019	122.774	146.702	149.597	94.192	365.155	365.155	1.114.490	1.114.490
No País	122.774	146.702	149.597	94.192	365.155	365.155	1.114.490	1.114.490
Votorantim Asset DTVM Ltda. BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento BV Leasing Arrend. Merc. S.A.	500.403 932.512 -	697.964 964.214 -	415.360 964.214 -	415.360 964.214 -	3.080 510 -	3.080 510 -	100,00% 100,00% -	100,00% 100,00% -
(1) O Patrimônio Líquido ajustado contempla as destinações destacadas na nota explicativa 13 b.								

d) Informações financeiras resumidas das participações societárias não consolidadas nas Demonstrações Contábeis consolidadas	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Quantidade de Ações ordinárias/Quotas		Participação do Capital Social %	
	Capital Social	Ajustado	1º Semestre/2018	30.06.2018	(em milhares)	30.06.2018	30.06.2018	30.06.2018
Saldos em 30.06.2018	247.774	376.303	143.177	10.071	24.777.389	24.777.389	99,99%	99,99%
No País	247.774	376.303	143.177	10.071	24.777.389	24.777.389	99,99%	99,99%
Votorantim Asset DTVM Ltda. (1) BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento BV Leasing Arrend. Merc. S.A.	500.403 932.512 -	904.641 1.017.102 -	312.422 1.017.102 -	312.422 1.017.102 -	3.080 510 -	3.080 510 -	100,00% 100,00% -	100,00% 100,00% -

(1) Inclui resultado da Votorantim CTVM no período.

e) Outros investimentos	30.06.2019			
	Votorantim Corretora de Seguros S.A.	BV Invest. Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	Promotiva S.A.	Atenas SP 02 Empr. Imob. Ltda.
Ativo Total	682.864	149.597	94.192	365.155
Passivo Total	682.864	149.597	94.192	365.155
Passivo Patrimônio Líquido Resultado do período	141.601 541.263 145.664	2.615 146.982 12.323	34.124 60.068 14.655	171.748 193.407 (1.251)

e) Outros investimentos	30.06.2018			
	Votorantim Corretora de Seguros S.A.	BV Invest. Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	Promotiva S.A.	Atenas SP 02 Empr. Imob. Ltda (1)
Ativo Total	720.193	153.081	71.661	401.170
Passivo Total	720.193	153.081	71.661	401.170
Passivo Patrimônio Líquido Resultado do período	143.400 576.793 143.177	5.423 148.778 10.071	4.303 148.778 9.422	32.465 39.196 9.422

(1) O resultado corresponde o período a partir do qual essas entidades passaram a ser investidas diretas pelo Banco Votorantim.

14. IMOBILIZADO DE USO	30.06.2019		30.06.2018	
	Saldo contábil	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Depreciação acumulada
Banco	35.136	(1)	80.910	(50.323)
Instalações Móveis e equipamentos de uso Sistema de comunicação Sistema de processamento de dados Sistema de segurança Sistema de transporte Total	5.795 2.829 28.558 109 308 72.735	(1) 913 222 4.421 30 (1) 5.884	(4.548) 1.039 (5.281) 97.151 (16) (51) 112.662	(50.323) (23.537) (9.090) (69.453) (2.382) (334) (155.119)
Consolidado	61.182	833	137.163	54.032
Instalações Móveis e equipamentos de uso Sistema de comunicação Sistema de processamento de dados Sistema de segurança Sistema de transporte Imobilizações em curso Total	12.048 2.876 32.230 178 309 108.823	1.098 225 4.421 31 (1) 6.607	(7.983) (1.831) (4.999) (6.820) (26) (52) (17.211)	137.163 (46.608) 16.328 150.571 2.663 869 354.202

15. INTANGÍVEL	30.06.2019				30.06.2018			
	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Banco	31.961	(24.249)	-	7.712	29.004	(20.425)	-	8.579
Softwares adquiridos Licenças de uso Softwares desenvolvidos internamente Total	135.241 234.590 400.892	(76.035) (17.454) (117.738)	- (18.422) (19.607)	59.206 216.716 366.093	29.004 149.999 255.367	(39.022) (11.026) (70.473)	- (18.422) (19.607)	37.842 120.051 166.472
Consolidado	34.032	(26.674)	-	7.358	31.974	(22.339)	-	9.635
Softwares adquiridos Licenças de uso Acordos por direitos de comercialização Softwares desenvolvidos internamente Marcas e patentes Total	220.247 17.196 289.672 1.000 562.147	(132.403) (15.662) (31.708) (1.000) (206.447)	- - (18.607) (1.000) (19.607)	87.844 5.423 239.357 1.000 336.093	135.928 1.534 184.585 1.000 360.998	(90.299) (7.511) (16.798) (1.000) (19.607)	- - (18.607) (1.000) (19.607)	45.629 149.180 204.444 204.444

b) Movimentação	31.12.2018		1º Semestre/2019		30.06.2019		30.06.2018	
	Saldo contábil	Aquisição	Amortização	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil	
Banco	6.808	-	2.028	4.780	6.812	6.812	37.842	
Softwares adquiridos Licenças de uso Softwares desenvolvidos internamente Total	41.983 165.057 213.848	- 36.926 77.605	(2.028) (3.269) (26.721)	59.206 198.714 264.732	59.206 198.714 264.732	59.206 198.714 264.732	37.842 120.051 166.472	
Consolidado	7.574	2.028	(2.244)	7.358	7.358	7.358	9.635	
Softwares adquiridos Licenças de uso Acordos por direitos de comercialização Softwares desenvolvidos internamente Total	47.266 17.196 203.605 259.195	64.593 5.423 43.350 115.373	(24.015) (7.778) (38.475) (38.475)	87.844 149.180 336.093	87.844 149.180 336.093	87.844 149.180 336.093	45.629 149.180 204.444	

c) Estimativa de amortização em 30 de junho de 2019	2019		2020		2021		2022		2023		A partir de 2024		Total	
	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado	Valores a amortizar	Consolidado
Banco	35.664	72.811	38.473	37.972	37.972	37.972	37.972	37.972	37.972	37.972	41.840	264.732	264.732	
Valores a amortizar Consolidado Valores a amortizar Consolidado	35.664 72.811 43.654 85.424	72.811 155.622 115.373 210.847	38.473 37.972 50.538 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	37.972 37.972 50.037 50.037	41.840 264.732 56.403 336.093	264.732 1.114.490 336.093 1.450.583	264.732 1.114.490 336.093 1.450.583	

16. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	30.06.2019		30.06.2018	
	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações
Depósitos à vista	138.369	-	138.369	111.739
Depósitos a prazo Depósitos a prazo Total	- 138.369 138.369	- 3.995.123 3.995.123	- 7.011.033 7.011.033	- 2.325.634 2.325.634
Depósitos interfinanceiros	136.599	-	136.599	109.037
Depósitos a prazo Depósitos a prazo Total	- 136.599 136.599	- 3.995.123 3.995.123	- 7.011.033 7.011.033	- 2.325.634 2.325.634

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade	Sem vencimento		Até 3 meses		3 a 12 meses		1 a 3 anos		3 a 5 anos		Acima de 5 anos		30.06.2019		30.06.2018	
	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações
Banco	138.369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.369	111.739	
Depósitos a vista Depósitos a prazo Depósitos a prazo Total	- 138.369 138.369	- 3.995.123 3.995.123	- 7.011.033 7.011.033	- 2.325.634 2.325.634	- 10.102 10.102	- 3.501 3.501	- 10.588.295 10.588.295	- 10.655.653 10.655.653	- 10.325.698 10.325.698	- 10.345.165 10.345.165	- 10.325.698 10.325.698	- 10.345.165 10.345.165	- 10.345.165 10.345.165	- 10.345.165 10.345.165	138.369 111.739 249.108	111.739 2.325.634 2.437.373

c) Captações no mercado aberto	30.06.2019		30.06.2018	
	Depósitos	Captações	Depósitos	Captações
Depósitos à vista	138.369	-	138.369	111.739
Depósitos a prazo Depósitos a prazo Total	- 138.369 138.369	- 3.995.123 3.995.123	- 7.011.033 7.011.033	- 2.325.634 2.325.634
Depósitos interfinanceiros	136.599	-	136.599	109.037
Depósitos a prazo Depósitos a prazo Total	- 136.599 136.599	- 3.995.123 3.995.123	- 7.011.033 7.011.033	- 2.325.634 2.325.634

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	30.06.2019		30.0	
---	------------	--	------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Recuperação de encargos e despesas	–	–	1.433	1.412
Atualização de depósitos em garantia	3.200	2.694	14.180	16.768
Variação monetária ativa	3.530	1.737	11.117	1.772
Reversão de provisão para perdas - Outros riscos	132	2.126	2.717	7.314
Reversão de provisão para perdas - Garantias financeiras prestadas	64.917	–	64.917	–
Multas contratuais compensatórias	166	17.966	166	17.966
Ressarcimento de custos operacionais	–	–	7.438	8.174
Demandas cíveis	–	1.308	–	–
Outras	2.288	3.480	17.737	12.325
Total (1)	74.233	29.311	119.705	65.731

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Custos associados à produção - Parceiros comerciais(1)	(420)	(242)	(310.077)	(290.121)
Custos associados à produção - Outras despesas	(878)	(814)	(9.961)	(10.544)
Demandas fiscais	(1.644)	(1.903)	(600)	(10.755)
Demandas cíveis	(3.876)	–	(64.429)	(72.162)
Provisões passivas - Garantias financeiras prestadas	–	(1.537)	–	(1.537)
Despesas de Juros (adesão REFIS e PERT)	–	–	(121)	(115)
Outras	(15.219)	(9.428)	(55.427)	(46.541)
Total (2)	(22.037)	(13.924)	(440.615)	(431.775)

(1) Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas, incluindo despesas com manutenção.

(2) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (3)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (4)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (5)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (6)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (7)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (8)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (9)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (10)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (11)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (12)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (13)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (14)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Receitas não operacionais	2.980	9	7.326	3.650
Rendas de aluguéis	39	–	39	–
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.841	–	3.682	–
Outras receitas não operacionais	–	9	3.605	3.650
Despesas não operacionais	(3.072)	(4.998)	(6.891)	(8.636)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(639)	(613)	(4.458)	(3.539)
Desvalorização de outros valores e bens	–	(4.079)	–	(2.326)
Outras despesas não operacionais	(2.433)	(306)	(2.433)	(2.771)
Total (15)	(192)	(4.989)	435	(4.986)

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
INSS s/PLR	194.673	72.632	528.153	146.608
IRPJ - FINOR	29.193	28.361	65.368	63.501
ISS	908	4.285	12.469	13.858
INSS sobre PLR - Nassau Branch	45.476	44.277	45.476	44.277
PIS/COFINS sobre desmaturização	20.822	17.936	44.537	41.144
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	22.380	21.908	22.380	21.908
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	-	-	112.462	109.938
Multa não homologação PER/DCOMP	-	-	89.987	86.153
CSLL - Exclusão indevida de títulos governos estrangeiros	59.045	148.984	59.045	148.984
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ação na aquisição títulos governos estrangeiros	23.733	23.162	23.733	23.162
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	47.249	35.279	47.249	35.279
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	68.484	66.704	68.484	66.704
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores	114.349	111.157	139.023	135.538
Outras causas	78.893	50.563	234.925	130.003
Total	705.205	625.248	1.493.301	1.067.057

(1) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.
 (2) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

g) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

Demandas fiscais	Banco		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Demandas civis	76.476	72.424	147.573	116.870
Demandas trabalhistas	9.676	4.282	192.409	139.422
Total	37.308	30.015	349.349	315.876

h) Obrigações Legais

O Consolidado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 30.951 (R\$ 24.621 em 30 de junho de 2018) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 21.975 (R\$ 18.355 em 30 de junho de 2018), cuja principal discussão recai em uma Ação Declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 20.223 (R\$ 16.958 em 30 de junho de 2018).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, Dedução do ISS na Base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP - Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação. Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco. Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador e recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do intervenção ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

f) Gerenciamento de Capital

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Risco para a apuração, identificação, metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos. Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR/RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal/RWA);
- Índice de Nível I (Nível I/RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgados com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

O Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- (i) ações pagas na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou as instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de

posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

	30.06.2019	30.06.2018
Índice de Basileia	9.808.364	9.576.470
PR - Patrimônio de Referência	8.695.233	7.632.639
Nível I	1.151.162	1.156.708
Capital complementar	7.544.071	6.475.931
Patrimônio Líquido (1)	9.912.966	9.113.965
Ajustes prudenciais (2)	(2.368.895)	(2.638.034)
Outros	(2.368.563)	(2.637.577)
Ajustes ao valor de mercado	-	(332)
Nível II	1.113.131	1.943.831
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.113.131	1.943.831
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	1.109.679	1.393.973
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 (3)	3.452	549.858
Recursos captados no exterior	-	536.167
Recursos captados com Letras Financeiras	3.452	13.691
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	61.911.886	59.784.134
Risco de crédito (RWACPAD)	53.447.634	51.818.928
Risco de mercado (RWAMPAD)	2.063.120	2.325.604
Risco operacional (RWAOAPAD)	6.401.132	5.639.602
Patrimônio de referência mínimo requerido (4)	4.952.951	5.156.382
Capital principal mínimo requerido (5)	2.786.035	2.690.286
Patrimônio de referência nível I Mínimo requerido (6)	3.714.713	3.587.048
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	486.493	383.887
Margem sobre o Patrimônio de referência mínimo requerido	4.855.414	4.024.088
Margem sobre o Capital mínimo requerido	4.758.038	3.785.645
Margem sobre o Patrimônio de referência nível I mínimo requerido	4.980.522	4.045.591
Margem sobre o Patrimônio de referência mínimo requerido incluindo RBAN e ACP (7)	1.273.327	1.794.796
Índice de Capital principal (CP/RWA)	12,19%	10,83%
Índice de Capital nível I (Nível I/RWA)	14,04%	12,77%
Índice de Basileia (PR/RWA)	15,84%	16,02%

(1) Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.192/2013, os valores relativos aos ajustes ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

(2) Consideram os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou as instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal a moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

(4) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- b. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(5) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(6) Representa o mínimo de 6% do RWA.

(7) Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contraditório.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	30.06.2019	30.06.2018
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(47.979)	(108.952)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(336.093)	(204.437)
Ajuste prudencial VIII - Créditos tributários de diferença temporária	(545.503)	(1.210.500)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.438.988)	(1.113.688)
Ajuste prudencial XV - Diferença a menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	(332)	(457)
Total	(2.368.895)	(2.638.034)

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 20,53% (20,80% em 30 de junho de 2018), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 2.669/1999.

Limite para imobilização

Valor da situação para o limite de imobilização

Valor da margem ou insuficiência

Em atendimento às Circulares nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2019 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	30.06.2019	30.06.2018
Ativo circulante e não circulante	6.340.675	5.787.913
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	6.340.675	5.787.538
Outras controladas	-	375
Total do ativo	6.340.675	5.787.913
Passivo circulante e não circulante	(4.692.875)	(3.931.656)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(4.692.875)	(3.931.281)
Outras controladas	-	(375)
Patrimônio Líquido	(1.647.800)	(1.856.257)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch (1)	(1.647.800)	(1.856.257)
Total do passivo	(6.340.675)	(5.787.913)

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2019, ocorreu o pagamento de dividendos ao Banco Votorantim no montante de R\$ 369.850.

	1º Semestre/2019	1º Semestre/2018
Lucro	44.960	64.476
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	44.960	64.476

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 30 de junho de 2019

	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro Garantia - Fiança para processos judiciais	1.006.926	7.381
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	180.677	82

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos elegíveis à capital	Dividendos	Patrimônio Líquido		Reservas de capital e de lucros	Total
				Capital Social	Total		
Saldo em 31.12.2018	3.084.749	3.248.846	18.859	8.130.372	1.422.218	15.905.044	
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	34.401	34.401	
Dividendos pagos	-	-	(18.859)	-	-	(18.859)	
Liquidação	(116.953)	(56.125)	-	-	-	(173.078)	
Despesas com juros	104.750	144.380	-	-	-	249.130	
Variação							



BancoVotorantim

☆ continuação

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente.

Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 4n, 23e e 23f, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e

consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 15P245785/O-2